

IEG-PREV/TCESP:

**Índice de Efetividade da
Gestão Previdenciária -
Municipal**

ANUÁRIO 2022

exercícios 2019-2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fevereiro 2023

CONSELHEIROS

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO (PRESIDENTE)

RENATO MARTINS COSTA (VICE-PRESIDENTE)

ANTONIO ROQUE CITADINI (CORREGEDOR)

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

ROBSON MARINHO

DIMAS RAMALHO

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Secretário-Diretor Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Procuradoria da Fazenda Estadual

Luiz Menezes Neto – Procurador-chefe

Denis Dela Vedova Gomes

Carim José Feres

Luiz Claudio Manfio

Dr. João Carlos Pietropaolo

Ministério Público de Contas

Thiago Pinheiro Lima - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Auditores

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Coordenação

Sidney Estanislau Beraldo
Conselheiro

Supervisão

Sérgio Ciquera Rossi
Secretário-Diretor Geral

Elaboração

**Coordenadoria de Fiscalização e Controle dos Regimes Próprios de
Previdência (COFISCO – PREVIDÊNCIA), Divisão AUDESP e Diretoria de
Tecnologia da Informação**

Andrey Fernando da Silva
Ribeiro

Guilherme Junji Christo
Miyahira

Márcia Harumi Hirata

Celso Atilio Frigeri

Claudia Harumi M. Miura

Viviane Cristina Sakamoto
de Souza

Apoio Tecnológico

Apresentação

A Previdência Social tem como finalidade prover a subsistência do trabalhador e seus dependentes em caso de incapacidade laboral, aposentadoria ou morte.

Diante do contexto histórico da previdência, bem como das recentes mudanças advindas com a Reforma da Previdência pela Emenda Constitucional nº 103/2019, verifica-se cada vez mais a importância e a necessidade do controle social, onde os cidadãos reivindicam o acesso legítimo às informações que lhes permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a população.

Por isso, pelo terceiro ano consecutivo, com entrega obrigatória, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apura a situação previdenciária dos municípios, com foco naqueles que possuem Regime Próprio de Previdência Social por meio do Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal – IEG-Prev/Municipal -TCESP.

Criado pelo TCESP em 2018 como um mecanismo para avaliar a correspondência das ações dos gestores públicos às demandas das comunidades, este índice avalia, sem esgotar o assunto, sete áreas temáticas sobre a matéria previdenciária: contribuições, endividamento, atuária, investimentos, benefícios, sustentabilidade dos RPPS e fidedignidade das informações.

Assim como o IEG-M, os dados do IEG-Prev/Municipal, além de colaborarem nas auditorias e no controle pela sociedade também podem ser utilizados pelos Prefeitos, Vereadores e gestores dos Regimes Próprios de Previdência como uma valiosa ferramenta de aferição da gestão previdenciária, reavaliação de prioridades e adequação às normas vigentes.

Nosso objetivo, como órgão de controle, é contribuir para uma gestão responsável, e consequente satisfação das necessidades sociais. Nesse sentido, e considerando que uma das frentes mais eficientes para uma gestão previdenciária adequada é composta pelas ações educativas e preventivas, que conseguem se antecipar a ponto de eliminar possíveis irregularidades antes mesmo de sua origem, esperamos que os dados apresentados contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos previdenciários e o cumprimento das obrigações previdenciárias pelos municípios do estado de São Paulo.

Sidney Estanislau Beraldo
Presidente

SUMÁRIO

IEG-PREV/MUNICIPAL – TCESP: ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO	
PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL-----	9
HISTÓRICO DO IEG-PREV/MUNICIPAL – TCESP -----	11
TIPOS DE QUESTIONÁRIOS E ÁREAS TEMÁTICAS ABORDADAS -----	13
FAIXA DE RESULTADOS -----	14
CONSIDERAÇÕES PARA A EDIÇÃO 2022-----	16
VISÃO CONSOLIDADA DO IEG-PREV/MUNICIPAL - TCESP-----	17
VISÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS -----	19
MÉDIAS DAS NOTAS APURADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA – IEG- PREV/MUNICIPAL – TCESP-----	22
RESULTADO CONSOLIDADO VISUAL-----	27
NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR FAIXA DE RESULTADO -----	28
ANÁLISES DOS RESULTADOS POR FAIXA E POR PORTE DOS MUNICÍPIOS -----	29
ANÁLISES ESPECÍFICAS POR ASSUNTOS ABORDADOS NO IEG- PREV/MUNICIPAL – TCESP-----	34
RESULTADOS FINAIS-----	48
HISTÓRICO DE RESULTADOS DO IEG-PREV-----	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	63

1.

IEG-PREV/MUNICIPAL – TCESP: Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal

O IEG-Prev/Municipal – TCESP é o índice de desempenho da Corte de Contas Paulista, composto por 04 (quatro) tipos de questionários, que abordam 07 (sete) áreas temáticas, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que busca avaliar a adequação do Ente à legislação vigente e à aplicação de boas práticas na gestão previdenciária no município.

Este índice demonstra, dentre outros aspectos, o cumprimento das obrigações previdenciárias, bem como a existência de eventual endividamento previdenciário do município com o Regime Geral de Previdência Social e Regime Próprio de Previdência Social e o comprometimento das receitas do município em relação ao pagamento dos encargos e dívidas previdenciárias.

Avalia a atuação dos Regimes Próprios de Previdência Social em diversas áreas, dando ênfase à situação atuarial e à administração dos investimentos desses RPPS dos municípios do estado de São Paulo.

A combinação das análises dos 04 (quatro) questionários busca avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios e seus RPPS foram alcançados de forma efetiva e, com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar tanto a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo como também da sociedade, além de servir como parâmetro para a tomada de decisão dos gestores públicos a fim de evitar potenciais riscos de danos financeiros que poderiam acarretar prejuízos à sociedade, se os recursos não forem bem administrados.

A abrangência geográfica do IEG-Prev/Municipal – TCESP é todos os órgãos dos municípios do Estado de São Paulo, com exceção dos Consórcios, entidades da administração indireta independentes e do município de São Paulo (Capital), que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Município.

Ressaltamos que, os quesitos relativos ao RGPS não serão considerados para a apuração da nota, tratando-se de informações para uso exclusivo desta Egrégia Corte.

O índice é composto pela combinação dos seguintes dados:

- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelos órgãos municipais;
- Informações extraídas do Sistema AUDESP; e
- Dados governamentais e outras fontes oficiais de informação.

Considerando que este Tribunal fiscaliza 223 Regimes Próprios de Previdência, sendo que, em 2019 e 2020, 4 deles informaram estar em processo de extinção e em 2021 passaram a ser 5, este relatório consolida o resultado dos 219 municípios paulistas para os exercícios de 2019 e 2020 e dos 218 municípios para 2021 que possuem Regime Próprio de Previdência ativos e apresenta gráficos e análises de alguns pontos fortes e alguns pontos de atenção para os gestores municipais. Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos e até uma tendência de comportamento ou padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão.

Vale observar que a classificação objeto desta publicação é baseada exclusivamente em informações prestadas pelos próprios municípios, as quais foram validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, os aspectos abordados neste índice, somente poderão ser considerados definitivos após o trânsito em julgado dos respectivos processos de contas anuais.

2.

HISTÓRICO DO IEG-PREV/MUNICIPAL – TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo seguindo as Diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão Estratégica, prioriza a transparência e busca aumentar a efetividade de suas ações adotando modelos de fiscalização voltados para os princípios da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade.

No que toca ao controle externo dos regimes próprios de previdência, em abril de 2014 foi criado o Programa de Controle de Diretrizes e Indicadores para a Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência (PROFISCO), idealizado originalmente para o acompanhamento do desempenho e segurança dos fundos de investimentos nos quais esses órgãos aplicam os recursos.

Em razão da especificidade dos assuntos relacionados à previdência (legislação, atuária, investimentos e concessão de benefícios) o objetivo inicial foi ampliado, resultando, no exercício de 2019, na criação da Coordenadoria de Fiscalização e Controle dos Regimes Próprios de Previdência, COFISCO – PREVIDÊNCIA, visando dar apoio à fiscalização, com desenvolvimento de ferramentas de informática e aplicação de treinamentos aos servidores que auxiliem e aperfeiçoem os trabalhos de auditoria nesses órgãos.

Em decorrência da grande importância do tema, o Tribunal de Contas viu a necessidade de coletar diversos dados referentes à previdência municipal, tanto do regime geral como do regime próprio, para traçar um diagnóstico da situação previdenciária de todos os Municípios do Estado de São Paulo, com ênfase naqueles que possuem regime próprio de previdência.

Considerando, ainda, que o Tribunal está evoluindo a sua metodologia de fiscalização, verificou-se a necessidade da criação do Índice da Efetividade da Gestão da Previdência Municipal – IEG-Prev/Municipal TCESP, no qual serão abordados diversos temas relacionados à matéria previdenciária.

Não obstante, a apuração e a divulgação de nota deste Índice serão aplicadas somente aos municípios que possuem RPPS, sendo que as informações relativas ao RGPS serão de uso exclusivamente interno dessa Colenda Corte.

Os dados são coletados através de questionários aplicados aos órgãos e entidades municipais. Parte dos quesitos é pontuada, e todas as informações subsidiam a análise das contas dos jurisdicionados desta Corte de Contas no tocante à previdência.

Os dados fornecidos também são utilizados para o confronto com aqueles enviados ao Sistema Audesp, visando apurar a confiabilidade das informações prestadas.

Sendo a Previdência tema de relevância nacional, a criação do Índice da Efetividade da Gestão da Previdência Municipal – IEG-Prev/Municipal TCESP mostra-se também oportuna em face das dificuldades financeiras enfrentadas pelos Municípios, o que tem ocasionado, por vezes, a falta de pagamento dos encargos previdenciários. Isto pode desencadear a inviabilização dos regimes geral e próprio e gerar custos aos Entes, utilizando-se de recursos públicos necessários para atender as demandas sociais ou causando prejuízos aos segurados pela impossibilidade de pagamento dos benefícios.

Em 2019 (Ano-base 2018), foi lançada a 1ª versão do IEG-Prev, com adesão facultativa dos órgãos e entidades do Estado de São Paulo, com exceção dos consórcios e do município de São Paulo (Capital).

Para os exercícios seguintes 2020 (Ano-base 2019) a 2022 (Ano-base 2021), foram realizadas algumas alterações nos questionários, nas pontuações e na composição do Resultado Final do IEG-Prev/Municipal, visando a melhor adequação contextual, e passando a ser obrigatória a adesão de todos os órgãos dos municípios do Estado de São Paulo, com exceção dos Consórcios, entidades da administração indireta independentes e do município de São Paulo (Capital), fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Município.

3.

Tipos de questionários e áreas temáticas abordadas

O IEG-Prev/Municipal TCESP contempla sete áreas temáticas relevantes para a saúde do sistema previdenciário:

- Contribuições
- Endividamento
- Atuária
- Investimentos
- Benefícios
- Sustentabilidade dos RPPS
- Fidedignidade das informações

Composto por 182 quesitos estão distribuídos em 4 (quatro) tipos de questionários que são disponibilizados de acordo com o tipo de órgão, sendo:

- **IEG-Prev PM** - Quesitos de n.ºs 1 a 48 – Aplicados à Prefeitura Municipal;
- **IEG-Prev CM** - Quesitos de n.ºs 49 a 81 – Aplicados à Câmara Municipal;
- **IEG-Prev Indiretas** - Quesitos de n.ºs 82 a 115 – Aplicados à Administração Indireta;
- **IEG-Prev RPPS** - Quesitos de n.ºs 116 a 182 – Aplicados ao Regime Próprio de Previdência Social.

4.

Faixa de Resultados

O IEG-Prev/Municipal TCESP possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 04 (quatro) tipos de questionários com foco nas 07 (sete) áreas temáticas. O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios:

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 95% da nota máxima e nota igual ou maior que 90 em todos os tipos de questionários aplicados no município.
B+	Muito efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 85% e menor que 95% da nota máxima.
B	Efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 70% e menor que 85% da nota máxima.
C+	Em fase de adequação	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 60% e menor que 70% da nota máxima.
C	Baixo nível de adequação	IEG-PREV Municipal menor que 60% da nota máxima.

Além dos critérios citados acima, ainda serão observadas as seguintes definições das faixas de resultados:

- **IEG-Prev/Municipal - TCESP: FAIXA A –ALTAMENTE EFETIVA** – Somente será considerado altamente efetiva os municípios com índice maior ou igual a 95% da nota máxima, com nota igual ou maior que 90 em todos os tipos de questionários aplicados no município que possua RPPS, e com 100% de adesão dos respectivos órgãos/entidades.

- **DIMINUIÇÃO DE 01 (UMA) FAIXA NA NOTA GERAL DO IEG-Prev/Municipal - TCESP:** Para cada órgão da administração indireta e/ou a Câmara Municipal que não responder o respectivo questionário no prazo estipulado ou responder parcialmente haverá o rebaixamento de uma faixa até o limite da menor faixa de nota que é “C – Baixo Nível de Adequação”.
- **REBAIXAMENTO PARA A FAIXA “C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO”:** Caso o Regime Próprio de Previdência Social não responda o respectivo questionário no prazo estipulado ou o responda parcialmente.
- **REBAIXAMENTO PARA A FAIXA “C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO”:** Caso a Prefeitura Municipal não responda o respectivo questionário no prazo estipulado ou o responda parcialmente.
- **REBAIXAMENTO PARA A FAIXA “C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO”:** Caso a Prefeitura Municipal não forneça os dados da receita arrecadada ao sistema Audesp no prazo estipulado.
- **DIMINUIÇÃO DE 01 (UMA) FAIXA NA NOTA GERAL DO IEG-Prev/Municipal - TCESP:** Caso a Câmara Municipal não forneça os dados dos repasses recebidos ao sistema Audesp no prazo estipulado haverá o rebaixamento de uma faixa até o limite da menor faixa de nota que é “C – Baixo Nível de Adequação”.
- **DIMINUIÇÃO DE 01 (UMA) FAIXA NA NOTA GERAL DO IEG-Prev/Municipal - TCESP:** Caso o RPPS ou a Prefeitura obtenha nota inferior a 60% da nota máxima haverá o rebaixamento de uma faixa até o limite da menor faixa de nota que é “C – Baixo Nível de Adequação”.
- **DIMINUIÇÃO DE 01 (UMA) FAIXA NA NOTA GERAL DO IEG-Prev/Municipal - TCESP¹:** Caso a Prefeitura apresente aumento do saldo de parcelamentos com o RPPS declarado entre 31.12 do exercício anterior e 31.12 do exercício em análise, haverá o rebaixamento de uma faixa até o limite da menor faixa de nota que é “C – Baixo Nível de Adequação”.

¹ Este critério de rebaixamento não foi aplicado em 2021 e 2022 (Ano-base 2020 e 2021, respectivamente) para aqueles municípios que responderam no quesito 181 que houve a adesão à suspensão dos pagamentos de parcelamentos e/ou contribuições patronais, permitida pela Lei Complementar nº 173, de 2020.

5.

Considerações para a Edição 2022

Esta Edição do Anuário do IEG-Prev consolida os resultados dos últimos 3 exercícios (2019, 2020 e 2021), coletas em 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Vale lembrar que não estamos considerando a coleta de dados do exercício de 2018, coleta em 2019, visto que a adesão foi facultativa, passando a ser obrigatória a partir do exercício de 2019, dados informados em 2020.

No decorrer destes anos, a equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo identificou a universalização de alguns aspectos da gestão municipal, que foram substituídos por temas mais relevantes e atuais para a época. Alguns quesitos acabaram sendo aperfeiçoados para que as descobertas refletissem demonstrativos mais precisos em eficiência e eficácia.

Os dados refletem as medidas adotadas pelas respectivas gestões governamentais. Houve o aperfeiçoamento e maior aprofundamento na coleta e apuração de dados. Os quesitos e as fórmulas de cálculo estão disponíveis detalhadamente no Manual do IEG-Prev do respectivo ano avaliado disponíveis no Portal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e no *infosite* do IEG-Prev (www.tce.sp.gov.br/iegprev).

Visão Consolidada do

IEG-PREV/MUNICIPAL - TCESP

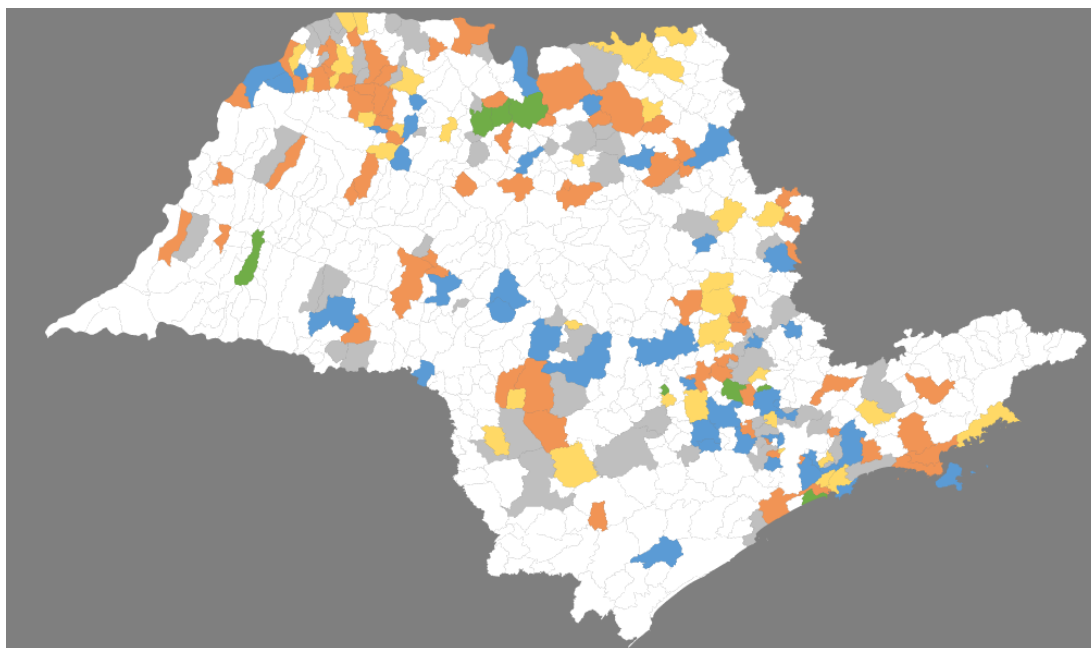
6.

Visão Geográfica dos Municípios

Os mapas abaixo evidenciam as cores que representam as **faixas de resultados** correspondentes à nota geral do IEG-Prev/Municipal obtida em cada um dos 219 (para 2019 e 2020) e 218 (para 2021) municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social incluídos na apuração do indicador.

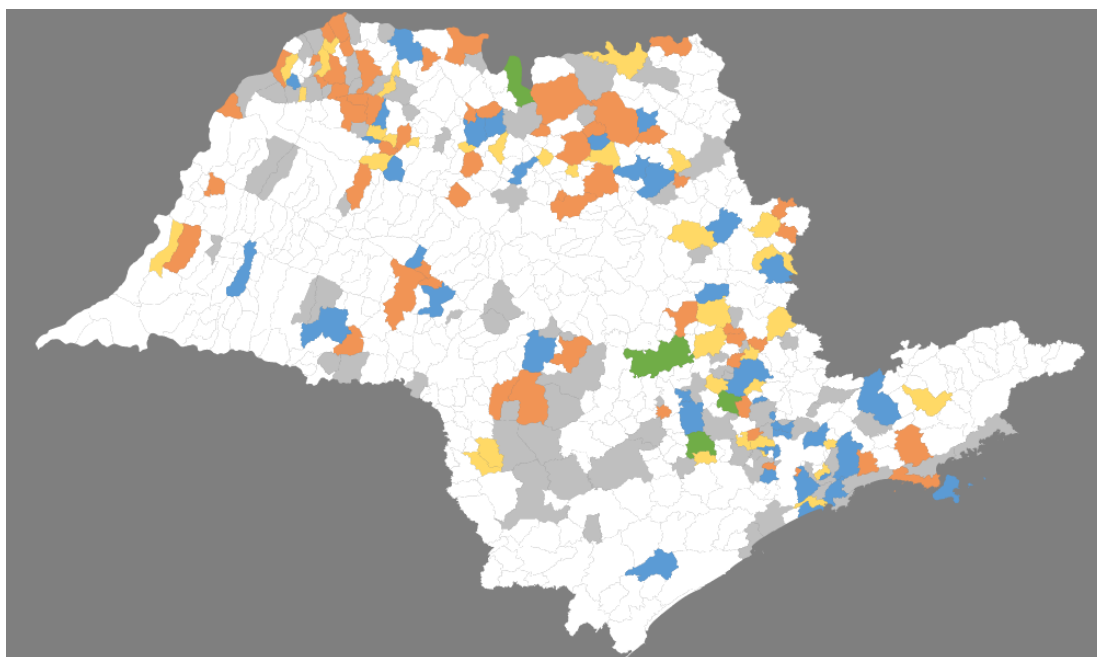
Em 2019 (coleta em 2020), não houve predominância de municípios em uma única faixa de resultados. Na consolidação das notas aplicadas aos órgãos, a maioria dos municípios com RPPS (33% - cor laranja) possui uma gestão previdenciária com Baixo Nível de adequação (Faixa de Resultado C), seguido por 28% (cor cinza) com gestão efetiva (Faixa de Resultado B), 19% (cor azul) classificados como gestão muito efetiva (Faixa de Resultado B+), 16% (cor amarela) foram classificados em fase de adequação (Faixa de Resultado C+), e, por fim, 4% (cor verde) estão com gestão altamente efetiva (Faixa de Resultado A).

2019



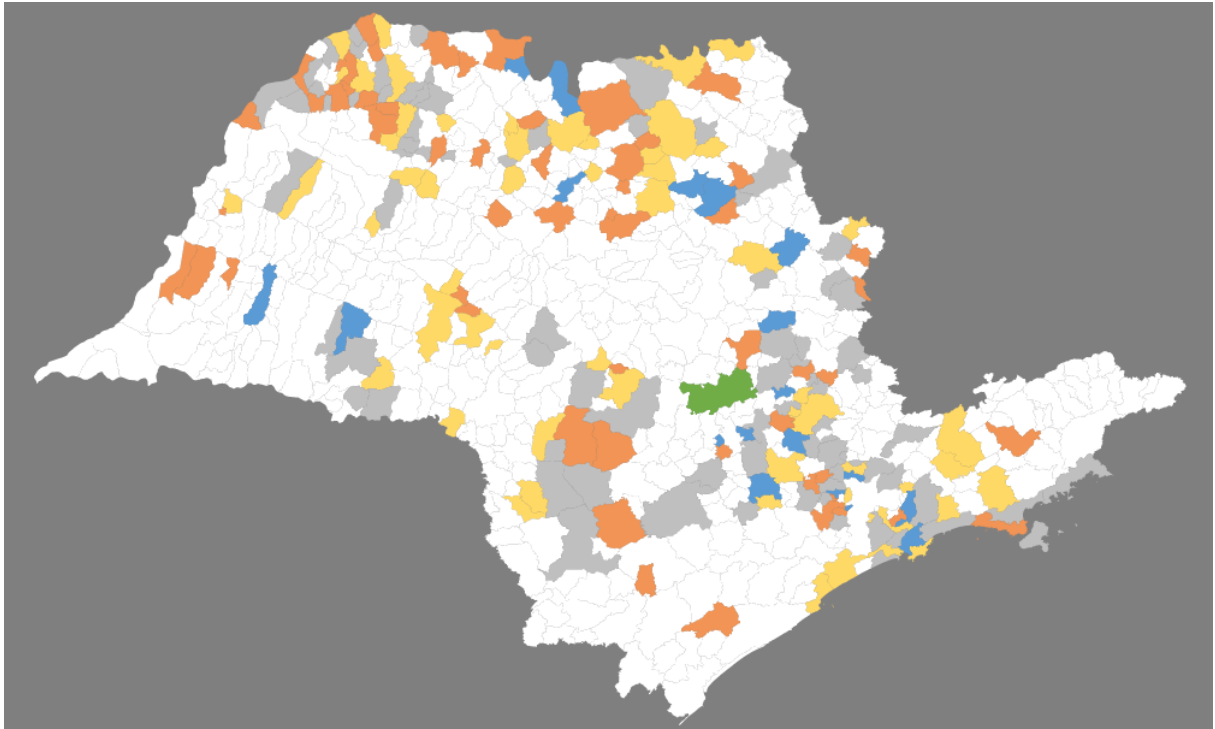
Em 2020 (coleta em 2021), a cor cinza, predominante no mapa, demonstra que, na consolidação dos resultados, 37% dos municípios que possuem RPPS possui uma gestão previdenciária efetiva (Faixa de Resultado B), seguido por 26% de municípios com Baixo Nível de adequação (Faixa de Resultado C), 17% foram classificados em fase de adequação (Faixa de Resultado C+), 18% como gestão muito efetiva (Faixa de Resultado B+) e 2% como gestão altamente efetiva (Faixa de Resultado A).

2020



Em 2021 (coleta em 2022), percebemos a predominância das cores cinza, amarela e laranja no mapa, demonstrando que, na consolidação dos resultados, 38% dos municípios que possuem RPPS possui uma gestão previdenciária efetiva (Faixa de Resultado B) – cor cinza, seguido com o mesmo percentual de 26% dos municípios com Baixo Nível de adequação (Faixa de Resultado C) – cor laranja e em fase de adequação (Faixa de Resultado C+) – cor amarela, 9% apresentaram gestão muito efetiva (Faixa de Resultado B+) – cor azul; e 0,5% - apenas um município – com gestão altamente efetiva (Faixa de Resultado A) – cor verde.

2021



7.

Médias das Notas Apuradas por Região Administrativa – IEG-Prev/Municipal – TCESP

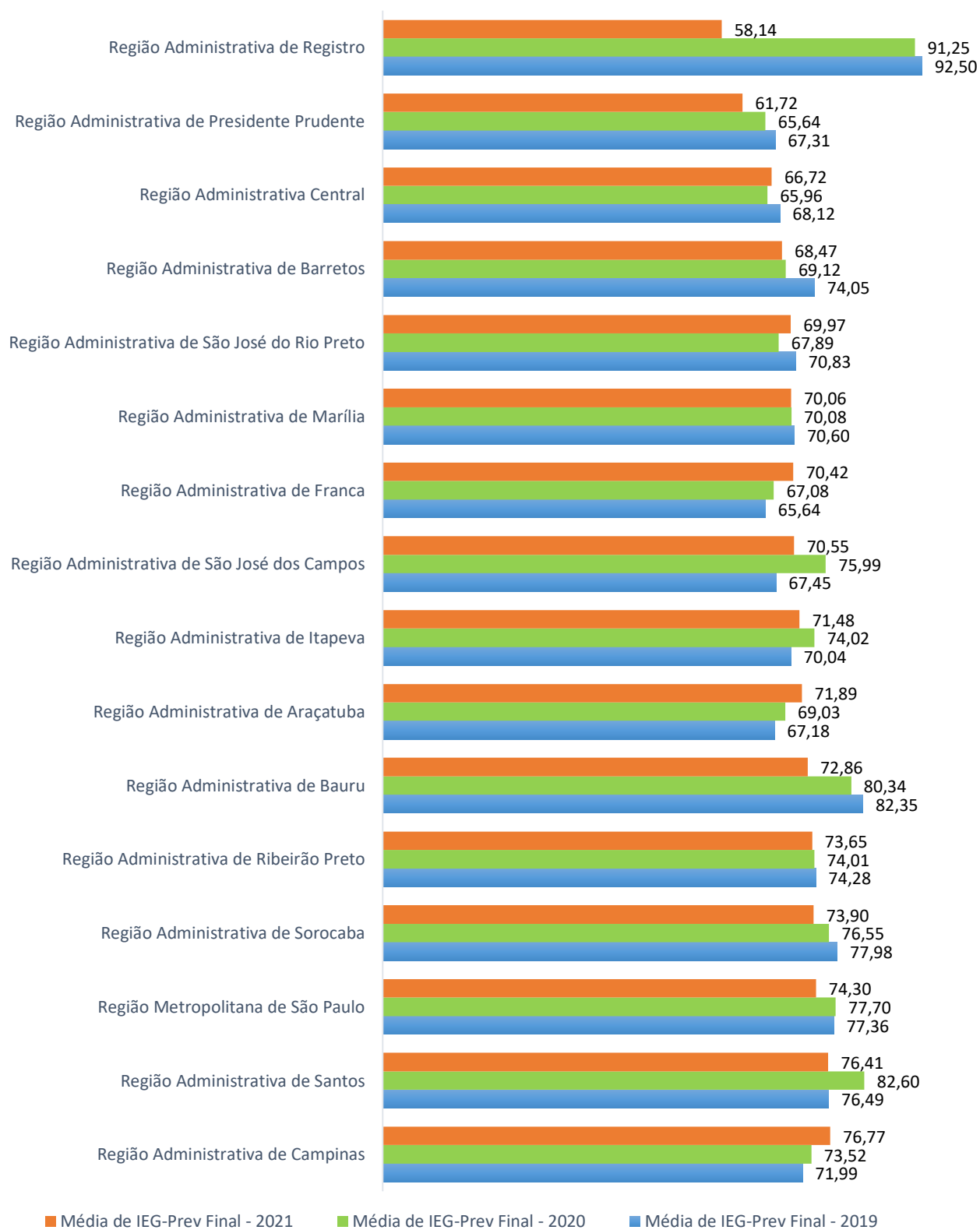
Segue abaixo as 16 regiões administrativas do estado de São Paulo que serão analisadas nos gráficos posteriores, considerando os municípios que possuem RPPS ativos.



Apresentamos a seguir o gráfico com a nota média geral do IEG-Prev/Municipal - TCESP em cada uma das regiões administrativas do Estado para os exercícios de 2019 a 2021 e as tabelas com os números de municípios que possuem Regime Próprio de Previdência em cada uma dessas regiões.

Lembrando que, a média das notas de cada Região Administrativa considera apenas os municípios que possuem regime próprio de previdência social ativo.

IEG-Prev por Região Administrativa



2019

RA	Quantidade de municípios com RPPS	Nota Média da RA dos municípios com RPPS	Total de municípios da RA	Percentual de municípios da RA com RPPS	Faixa de resultado por RA dos municípios com RPPS
Região Administrativa de Franca	6	65,64	23	26%	C+
Região Administrativa de Araçatuba	14	67,18	43	33%	C+
Região Administrativa de Presidente Prudente	6	67,31	53	11%	C+
Região Administrativa de São José dos Campos	8	67,45	39	21%	C+
Região Administrativa Central	4	68,12	26	15%	C+
Região Administrativa de Itapeva	8	70,04	32	25%	B
Região Administrativa de Marília	12	70,60	51	24%	B
Região Administrativa de São José do Rio Preto	51	70,83	96	53%	B
Região Administrativa de Campinas	36	71,99	90	40%	B
Região Administrativa de Barretos	10	74,05	19	53%	B
Região Administrativa de Ribeirão Preto	8	74,28	25	32%	B
Região Administrativa de Santos	8	76,49	9	89%	B
Região Metropolitana de São Paulo	25	77,36	38	66%	B
Região Administrativa de Sorocaba	16	77,98	47	34%	B
Região Administrativa de Bauru	6	82,35	39	15%	B
Região Administrativa de Registro	1	92,50	14	7%	B+
Total Geral	219	72,50	644	34%	B

2020

RA	Quantidade de municípios com RPPS	Nota Média da RA dos municípios com RPPS	Total de municípios da RA	Percentual de municípios da RA com RPPS	Faixa de resultado por RA dos municípios com RPPS
Região Administrativa de Presidente Prudente	6	65,64	53	11%	C+
Região Administrativa Central	4	65,96	26	15%	C+
Região Administrativa de Franca	6	67,08	23	26%	C+
Região Administrativa de São José do Rio Preto	51	67,89	96	53%	C+

RA	Quantidade de municípios com RPPS	Nota Média da RA dos municípios com RPPS	Total de municípios da RA	Percentual de municípios da RA com RPPS	Faixa de resultado por RA dos municípios com RPPS
Região Administrativa de Araçatuba	14	69,03	43	33%	C+
Região Administrativa de Barretos	10	69,12	19	53%	C+
Região Administrativa de Marília	12	70,08	51	24%	B
Região Administrativa de Campinas	36	73,52	90	40%	B
Região Administrativa de Ribeirão Preto	8	74,01	25	32%	B
Região Administrativa de Itapeva	8	74,02	32	25%	B
Região Administrativa de São José dos Campos	8	75,99	39	21%	B
Região Administrativa de Sorocaba	16	76,55	47	34%	B
Região Metropolitana de São Paulo	25	77,70	38	66%	B
Região Administrativa de Bauru	6	80,34	39	15%	B
Região Administrativa de Santos	8	82,60	9	89%	B
Região Administrativa de Registro	1	91,25	14	7%	B+
Total Geral	219	72,43	644	34%	B

2021

RA	Quantidade de municípios com RPPS	Nota Média da RA dos municípios com RPPS	Total de municípios da RA	Percentual de municípios da RA com RPPS	Faixa de resultado por RA dos municípios com RPPS
Região Administrativa de Registro	1	58,14	14	7%	C
Região Administrativa de Presidente Prudente	6	61,72	53	11%	C+
Região Administrativa Central	4	66,72	26	15%	C+
Região Administrativa de Barretos	10	68,47	19	53%	C+
Região Administrativa de São José do Rio Preto	51	69,97	96	53%	C+
Região Administrativa de Marília	12	70,06	51	24%	B
Região Administrativa de Franca	6	70,42	23	26%	B
Região Administrativa de São José dos Campos	8	70,55	39	21%	B
Região Administrativa de Itapeva	8	71,48	32	25%	B

RA	Quantidade de municípios com RPPS	Nota Média da RA dos municípios com RPPS	Total de municípios da RA	Percentual de municípios da RA com RPPS	Faixa de resultado por RA dos municípios com RPPS
Região Administrativa de Araçatuba	13	71,89	43	30%	B
Região Administrativa de Bauru	6	72,86	39	15%	B
Região Administrativa de Ribeirão Preto	8	73,65	25	32%	B
Região Administrativa de Sorocaba	16	73,90	47	34%	B
Região Metropolitana de São Paulo	25	74,30	38	66%	B
Região Administrativa de Santos	8	76,41	9	89%	B
Região Administrativa de Campinas	36	76,77	90	40%	B
Total Geral	218	72,13	644	34%	B

Os valores informados no gráfico e tabelas acima se referem à média do resultado de todos os municípios que possuem RPPS ativos que compõem a respectiva Região Administrativa.

Na média da Região Metropolitana de São Paulo não está incluído o município de São Paulo no resultado do IEG-Prev, cuja avaliação é realizada exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

No exercício de 2019, a menor média do IEG-Prev foi da Região Administrativa de Franca (com 6 municípios que possuem RPPS) com 65,64 e a maior média foi de 92,50 da Região Administrativa de Registro (com apenas um município que possui RPPS), seguido da Região Administrativa de Bauru (com 6 municípios que possuem RPPS), com nota 82,35.

Já no exercício de 2020, a menor média foi de 65,64, da Região Administrativa de Presidente Prudente (com 6 municípios que possuem RPPS) e a maior continuou sendo da Região Administrativa de Registro com 91,25 (com apenas um município que possui RPPS), seguido da Região Administrativa de Santos (com 8 municípios que possuem RPPS), com nota 82,60.

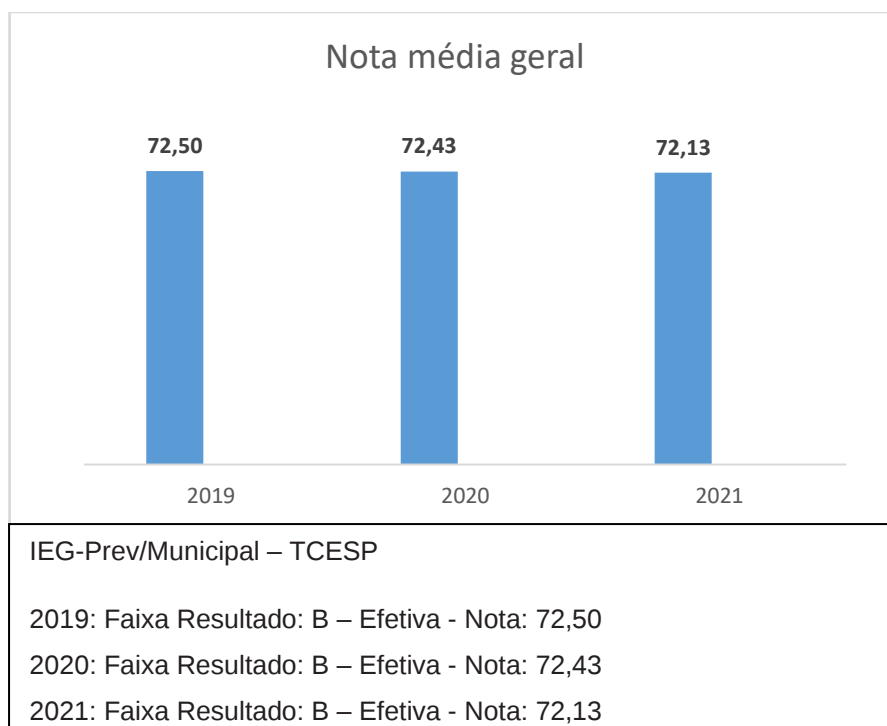
E em 2021, a menor média foi de 58,14, da Região Administrativa de Registro (com apenas um município que possui RPPS) e a maior foi da Região Administrativa de Campinas com 76,77 (com 36 municípios que possuem RPPS), seguido da Região Administrativa de Santos (com 8 municípios que possuem RPPS), com nota 76,41.

8.

Resultado Consolidado Visual

Apresentamos a seguir a visualização gráfica, em formato de colunas, das faixas de resultados definidas para o IEG-Prev/Municipal - TCESP, correspondentes à nota média geral (entre 00 e 100) considerando 219 municípios (para os anos de 2019 e 2020 - coletas em 2020 e 2021) e 218 (para o ano de 2021 - coleta 2022) que possuem regime próprio de previdência social ativo no Estado de São Paulo.

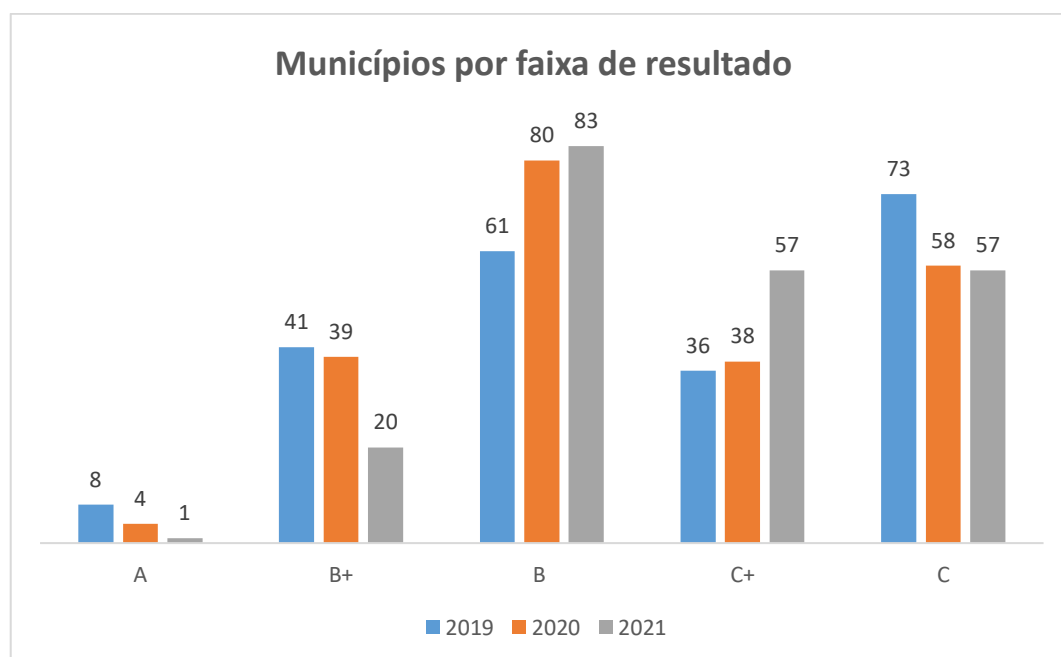
Verificamos que houve pequena redução na média geral do IEG-Prev entre os exercícios de 2019 a 2021, porém, a nota manteve-se, ainda, um pouco acima de 72 pontos.



9.

Número de municípios por Faixa de Resultado

Apresentamos a seguir a visualização gráfica, em formato de colunas, do número de municípios em cada faixa de resultado dos exercícios de 2019 a 2021 definidas para o IEG-PREV/Municipal - TCESP.



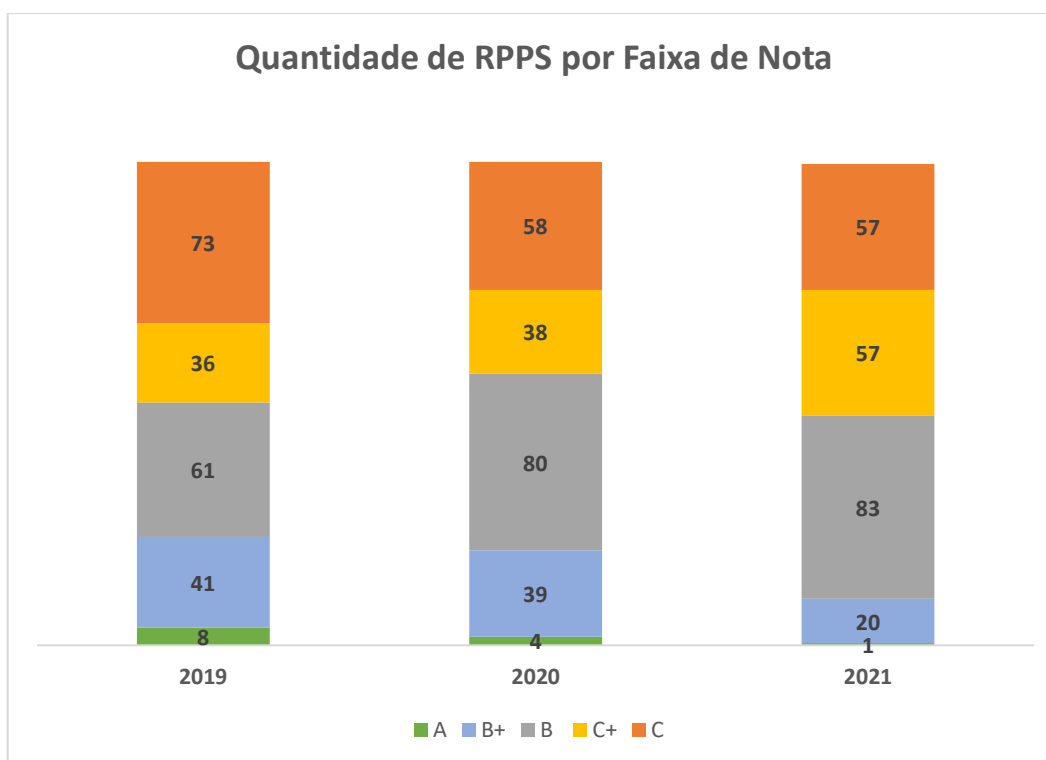
10.

Análises dos resultados por faixa e por porte dos Municípios

Todas as análises realizadas neste material estão baseadas nas respostas fornecidas pelos municípios por meio dos sistemas Audeps e Questionários, as quais, por amostragem, foram validadas *in loco* pelas equipes de fiscalização deste Tribunal.

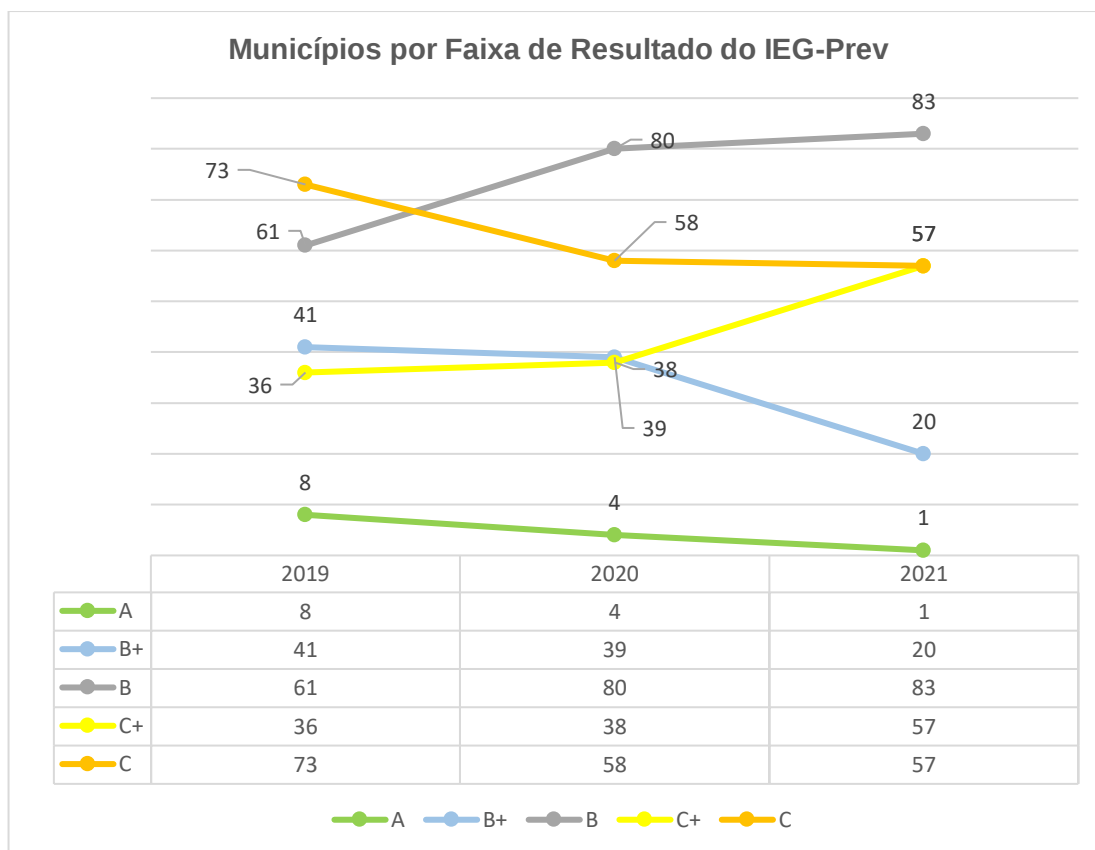
Em relação aos dados do exercício de 2019 a 2021, a distribuição percentual dos 219 municípios (para 2019 e 2020) e dos 218 (para 2021) que possuem RPPS ativos em cada faixa de resultado, bem como a nota média geral do IEG-Prev/Municipal - TCESP por porte, estão representadas nos gráficos a seguir.

No ano-base de 2019, a faixa de resultado do IEG-Prev com o maior número de municípios (73) foi a Faixa C (baixo nível de adequação). Em 2020 e 2021, este cenário mudou, a faixa de resultado do IEG-Prev com o maior número de municípios (80 em 2020 e 83 em 2021) foi a Faixa B (efetiva).

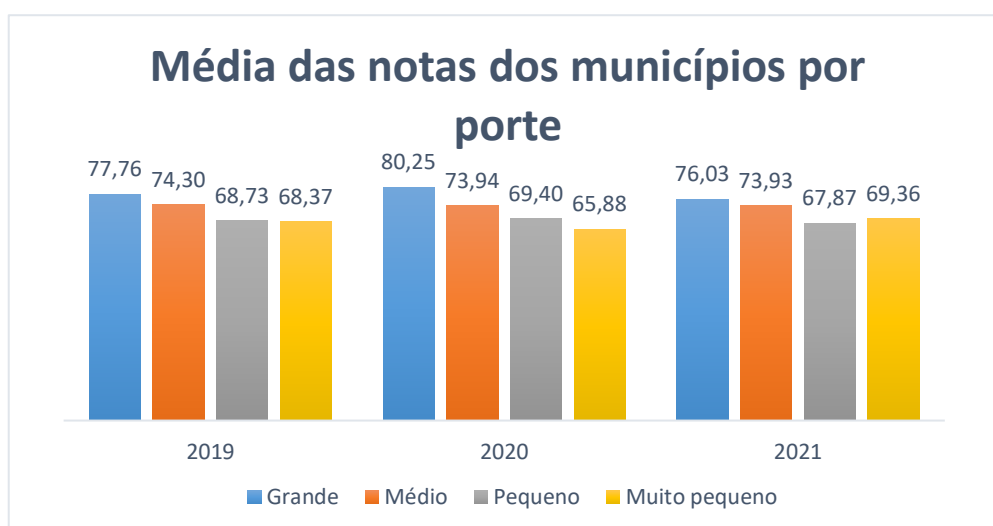


A análise comparativa de 2019 para 2020 demonstra que a quantidade de municípios aumentou na faixa B – Efetiva (31% - de 61 para 80); e com sutil elevação na faixa C+ - Em fase de adequação (5% - 36 para 38). E houve uma redução nas faixas A - Altamente Efetiva - de 50% (de 8 para 4); B+ - Muito Efetiva (5% - de 41 para 39); e C – Baixo nível de adequação – de 21% (73 para 58), conforme representados no gráfico abaixo.

Já no comparativo entre o exercício de 2020 e 2021, percebe-se uma redução da quantidade de municípios enquadrados nas faixas A - Altamente Efetiva - de 75% (de 4 para 1); B+ - Muito Efetiva (49% - de 39 para 20) e na faixa C – Baixo nível de adequação – de 2% (58 para 57), praticamente mantendo o número de municípios dessa faixa de resultado. Havendo aumento sutil dos municípios nas faixas B – Efetiva (4% - de 80 para 83); e com elevação expressiva na faixa C+ - Em fase de adequação (50% - 38 para 57).



A seguir, apresentamos as médias das notas e faixas de resultados dos 219 municípios (para 2019 e 2020) e dos 218 (para 2021) por porte.



Legenda:
 Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes
 Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes
 Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
 Porte Grande: acima de 200.000 habitantes

Comparando a média do IEG-Prev alcançada pelo porte do município, podemos observar uma nota inferior das cidades com menos de 20 mil habitantes (68,37 e 68,73) em relação aos demais (74,30 e 77,76) no ano de 2019.

No ano seguinte, em 2020, os municípios de porte muito pequeno tiveram mais uma queda na nota média (65,88), bem como os de porte médio (73,94), já os municípios de porte pequeno e grande obtiveram média um pouco melhor (69,40 e 80,25).

Já em 2021 verificamos uma queda na nota média de todos os portes de município, com exceção do porte muito pequeno que apresentou um aumento, passando da média 65,88 em 2020 para 69,36 em 2021.

Verificamos que, em 2020, a maior média foi dos municípios de porte grande com 80,25 e a menor média foi dos municípios de porte muito pequeno com 65,88.

Em 2021, nota-se no gráfico que a maior média de notas continua sendo dos municípios de grande porte com 76,03 e a menor média foi dos municípios de porte pequeno com 67,87 pontos.

2019

IEG-Prev por Porte de Município					
Porte	Quantidade de municípios com RPPS	Total de municípios - por Porte	% municípios com RPPS - por Porte	Média das notas dos municípios com RPPS - por Porte	Faixa de resultado dos municípios com RPPS - por Porte
Muito pequeno	42	143	29%	68,37	C+
Pequeno	48	243	20%	68,73	C+
Médio	94	218	43%	74,30	B
Grande	35	40	88%	77,76	B
Total Geral	219	644	34%	72,50	B

2020

IEG-Prev por Porte de Município					
Porte	Quantidade de municípios com RPPS	Total de municípios - por Porte	% municípios com RPPS - por Porte	Média das notas dos municípios com RPPS - por Porte	Faixa de resultado dos municípios com RPPS - por Porte
Muito pequeno	42	142	29,6%	65,88	C+
Pequeno	47	243	19,3%	69,40	C+
Médio	95	219	43,4%	73,94	B
Grande	35	40	85,0%	80,25	B
Total	219	644	34,0%	72,43	B

2021

IEG-Prev por Porte de Município					
Porte	Quantidade de municípios com RPPS	Total de municípios - por Porte	% municípios com RPPS - por Porte	Média das notas dos municípios com RPPS - por Porte	Faixa de resultado dos municípios com RPPS - por Porte
Muito pequeno	41	141	29,1%	69,36	C+
Pequeno	46	243	18,9%	67,87	C+
Médio	96	220	43,6%	73,93	B
Grande	35	40	87,5%	76,03	B
Total	218	644	33,9%	72,13	B

11.

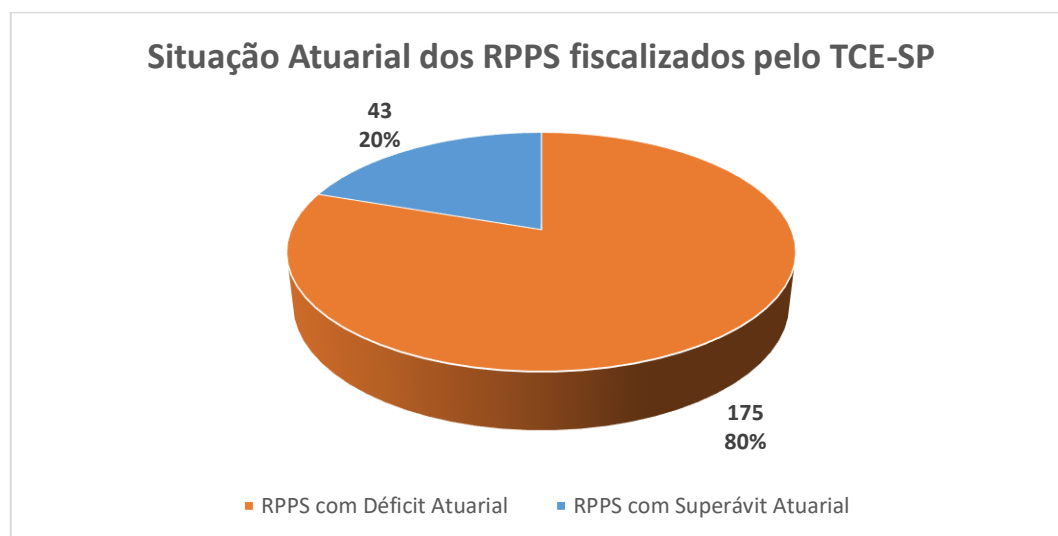
Análises específicas por assuntos abordados no IEG-Prev/Municipal – TCESP

Dos 223 Regimes Próprios de Previdência Social fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 4 informaram estar em processo de extinção em 31.12.2020 e 5 em 31.12.2021.

Desse modo, consideramos os dados informados pelos 219 RPPS (para 2020) e 218 RPPS (para 2021) do estado de São Paulo, com situação de funcionamento ativa, para as análises a seguir:

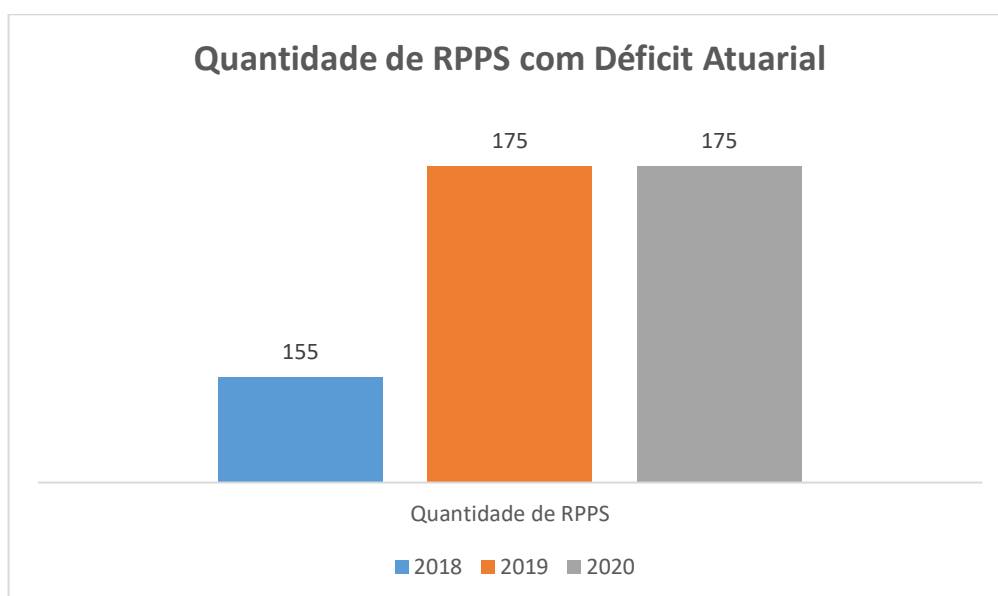
Situação Atuarial dos RPPS

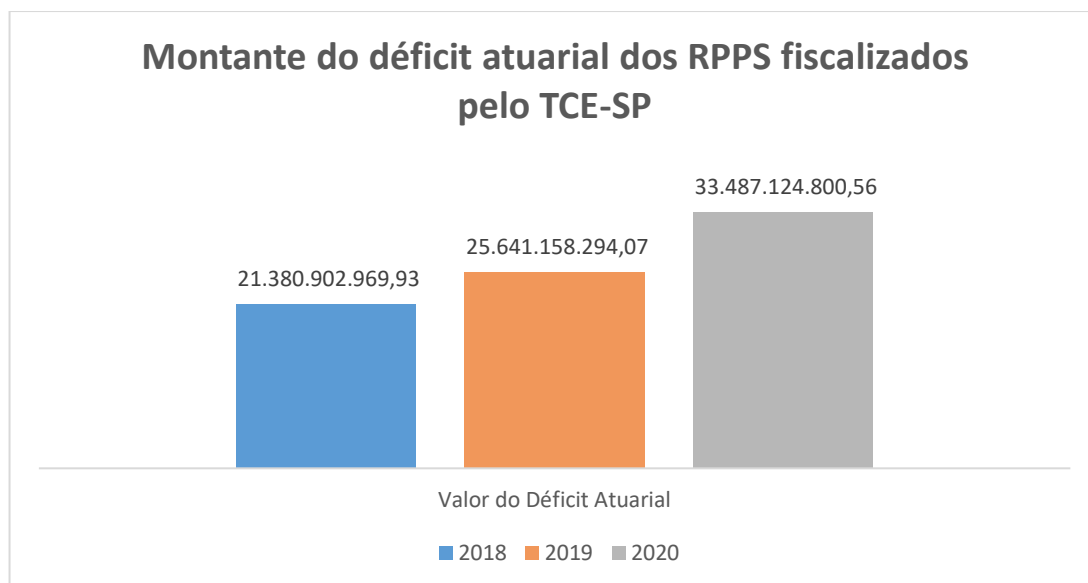
O gráfico abaixo, demonstra que em 31.12.2020, 175 RPPS, equivalente a 80% dos 219 RPPS analisados tinham déficit atuarial e 43 (20%) apresentaram superávit atuarial.



Foram considerados os valores relativos à avaliação atuarial de 2021 com data-base em 31.12.2020, visto que o prazo para elaboração e entrega anual do DRAA para a Secretaria de Previdência é posterior ao encerramento da coleta de dados do IEG-Prev, em 2022 (ano-base 2021).

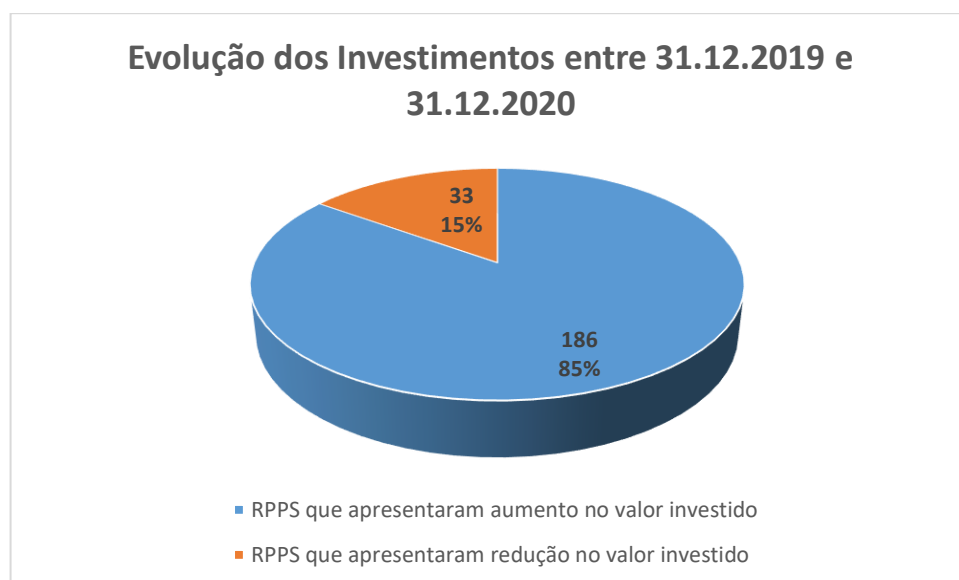
Nos comparativos a seguir da situação atuarial em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020, verifica-se que houve um aumento de 13% no número de RPPS que apresentaram déficit atuarial, passando de 155 em 2018 para 175 em 2019 e mantendo esse número em 2020, ocorrendo um acréscimo entre 2018 e 2019 de 20%, no montante de R\$ 4.260.255.324,14, passando de R\$ 21.380.902.969,93, em 2018 para R\$ 25.641.158.294,07, em 2019, e em 2020 houve novamente um aumento do déficit atuarial de 31%, no valor de R\$ 7.845.966.506,49, passando a totalizar R\$ 33.487.124.800,56, em 31.12.2020.





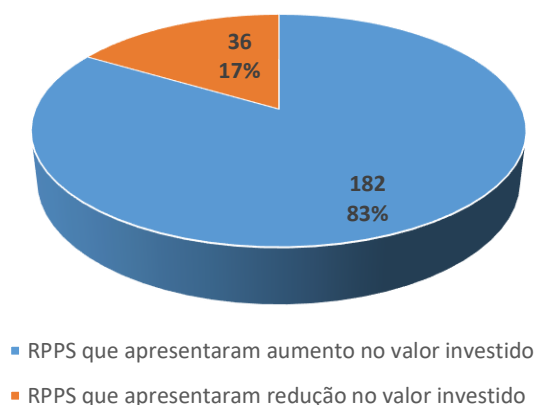
Evolução dos Investimentos

Entre 31.12.2019 e 31.12.2020, verificou-se que dos 219 RPPS 33 (15%) tiveram redução do valor investido no montante de R\$ 658.590.257,46 e 186 (85%) RPPS tiveram aumento em seus investimentos no montante de R\$ 3.509.856.917,89.



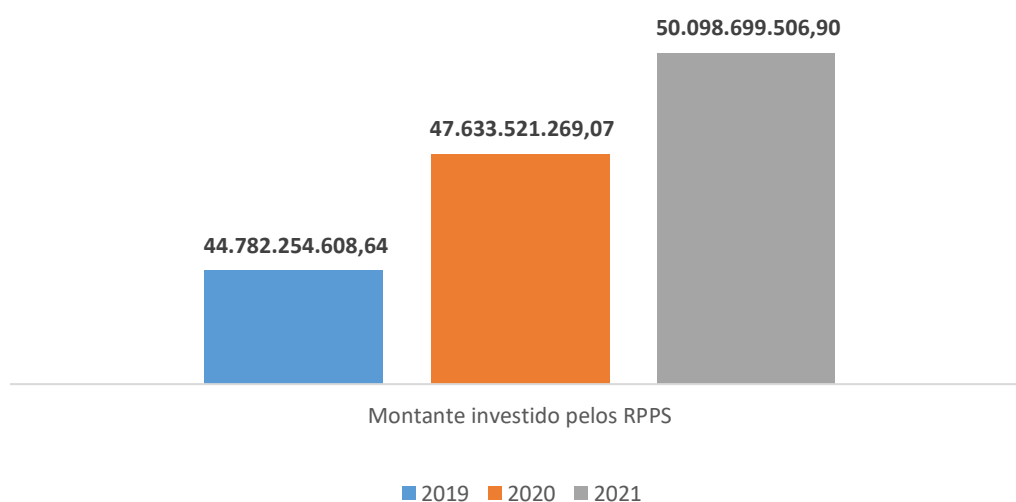
Já entre 31.12.2020 e 31.12.2021, verificou-se que dos 218 RPPS 36 (17%) tiveram redução do valor investido no montante de R\$ 506.986.130,05 e 182 (83%) RPPS tiveram aumento em seus investimentos no montante de R\$ 2.919.476.251,06.

Evolução dos Investimentos entre 31.12.2020 e 31.12.2021

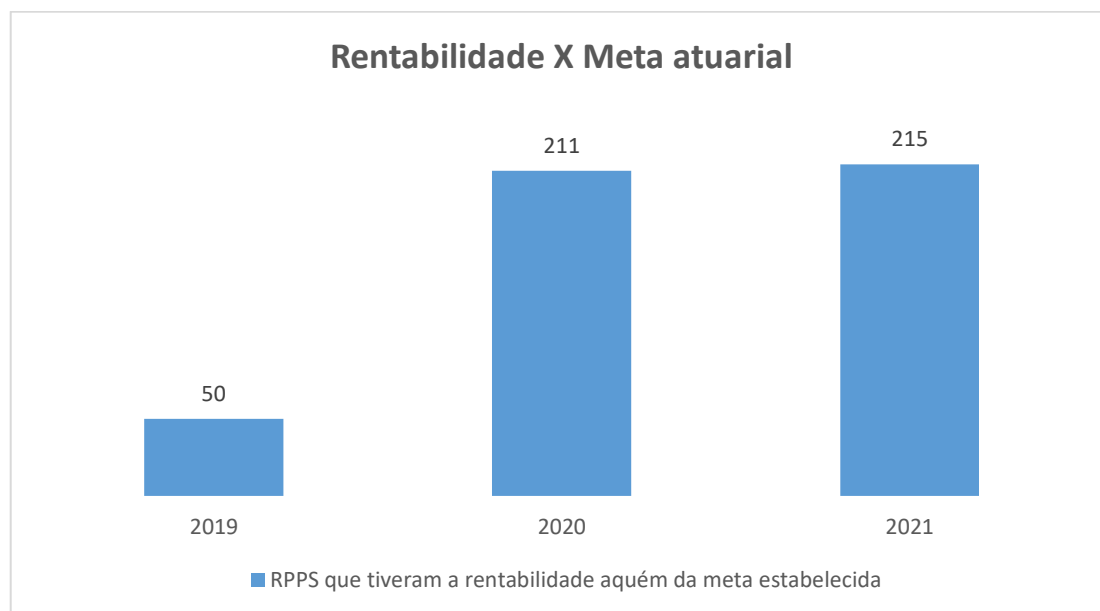


Considerando os 219 RPPS, o montante de investimentos em 2019 foi de R\$ 44.782.254.608,64, e em 31.12.2020 foi de R\$ 47.633.521.269,07, havendo um incremento no valor de R\$ 2.851.266.660,43. Em 31.12.2021, foram considerados 218 RPPS totalizando um valor investido de R\$ 50.098.699.506,90. Com relação ao exercício anterior houve um acréscimo no montante de R\$ 2.465.178.237,83.

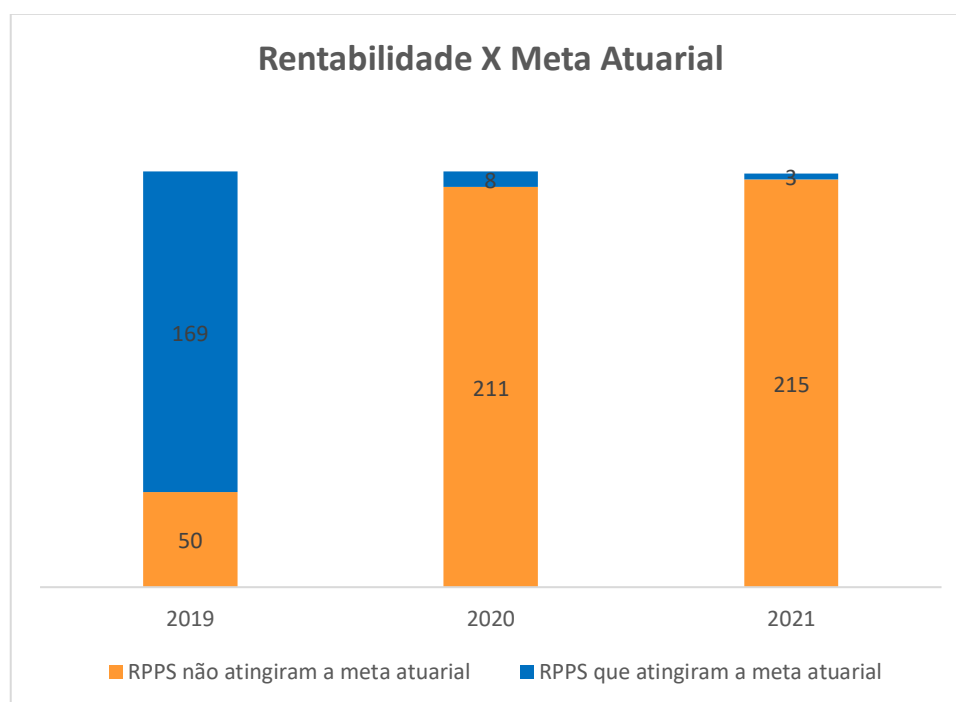
Montante de Investimentos dos RPPS ativos

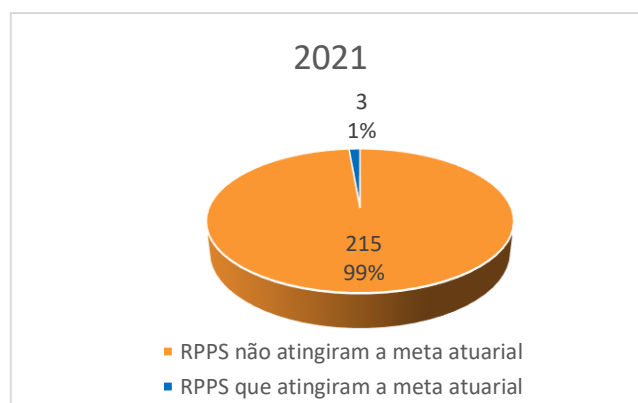
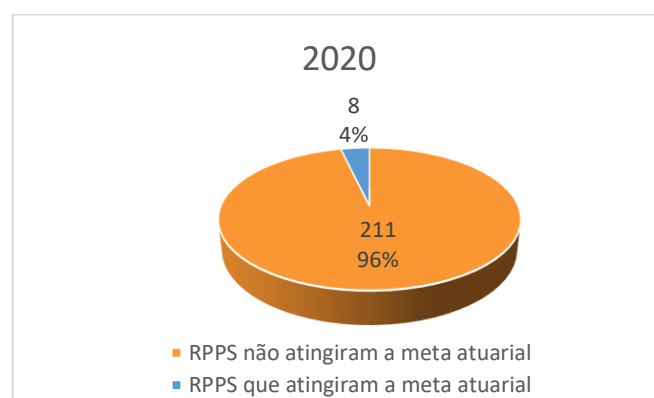
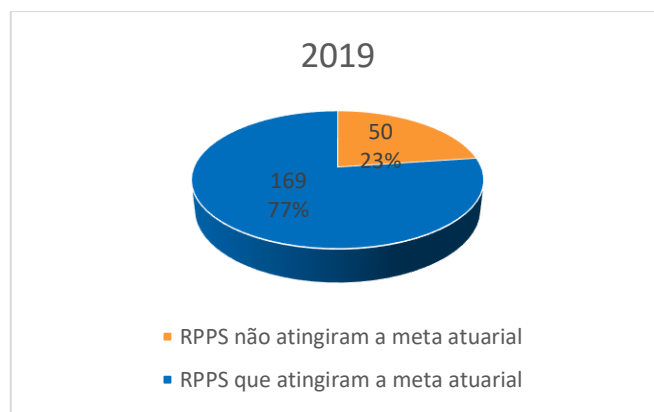


Embora exista um aumento no saldo dos investimentos, nota-se no gráfico abaixo que o número de RPPS que não atingiram a rentabilidade estabelecida como meta atuarial aumentou de 50 RPPS, em 2019 para 211, em 2020, subindo ainda para 215, em 2021.



Em 2019, dos 219 RPPS 23% não atingiu a meta atuarial, já em 2020, esse percentual aumentou para 96% e, em 2021, considerados 218 RPPS, 99% não atingiu a meta atuarial, conforme se verifica nos gráficos a seguir:

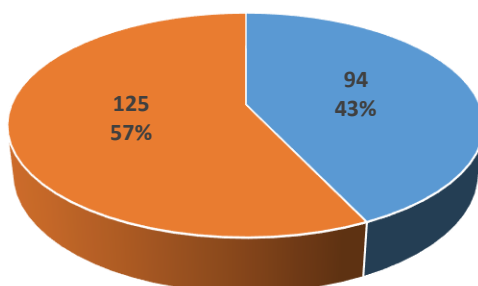




Gestão dos Investimentos

Em 2020, dos 219 RPPS, 94 (43%) informaram que não são todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos que possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão e, 125 (57%) afirmam que todos possuem conhecimentos e experiências quanto a investimentos.

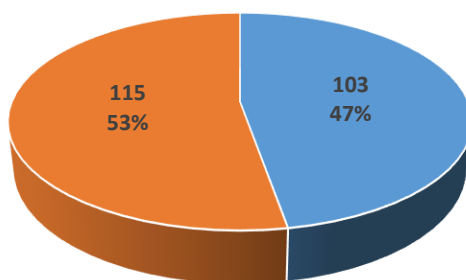
Gestão de investimentos - experiência e conhecimentos técnicos - 2020



- RPPS que informaram que não são todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos que possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos
- RPPS que informaram que todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos

Em 2021, dos 218 RPPS, houve aumento para 103 RPPS (47%) que informaram que não são todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos que possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão e, redução para 115 RPPS (53%) que afirmaram que todos possuem conhecimentos e experiências quanto a investimentos.

Gestão de investimentos - experiência e conhecimentos técnicos - 2021

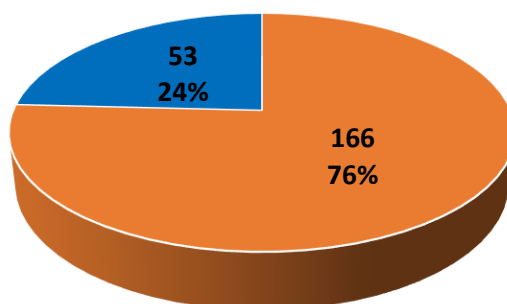


- RPPS que informaram que não são todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos que possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos
- RPPS que informaram que todos os responsáveis pela decisão final quanto às aplicações nos fundos de investimentos possuem experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos

Parcelamentos

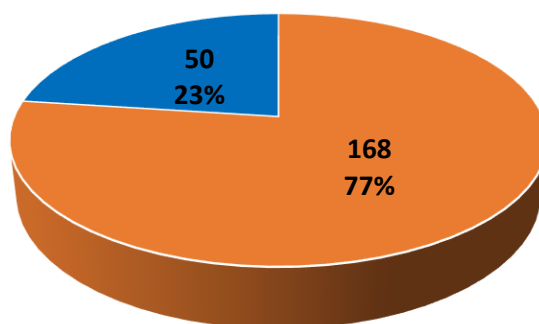
Verifica-se nos gráficos a seguir que, houve um aumento de 166 RPPS (76%- em 2020) para 168 (77% - em 2021) que declararam a existência de acordos de parcelamentos firmados entre órgãos da Administração Direta e/ou Indireta do município com o RPPS. Passando de um montante de endividamento dos municípios com os regimes próprios de previdência de R\$ 4.970.744.389,29 em 31.12.2019 para R\$ 5.829.295.978,77, em 31.12.2020, e R\$ 6.697.684.457,41 em 31.12.2021. Nota-se um aumento progressivo de 17% (R\$ 858.551.589,48) de 2019 para 2020, e 15% (868.388,478,64) de 2020 para 2021 no saldo total dos parcelamentos.

Municípios que possuem parcelamentos com o RPPS em 31.12.2020

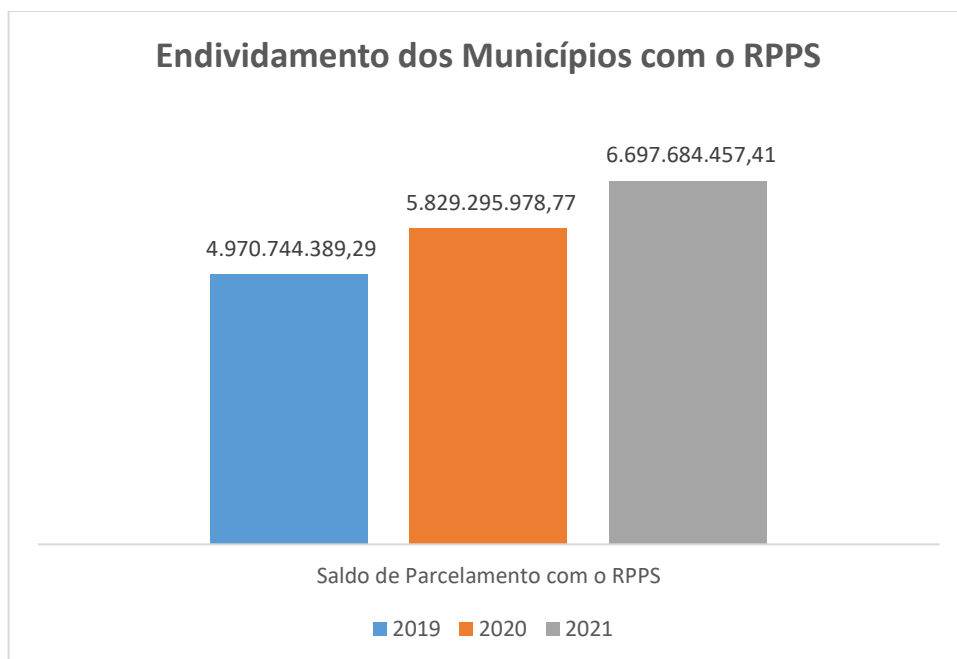


■ Possui parcelamentos com o RPPS ■ Não possui parcelamentos com o RPPS

Municípios que possuem parcelamentos com o RPPS em 31.12.2021



■ Possui parcelamentos com o RPPS ■ Não possui parcelamentos com o RPPS



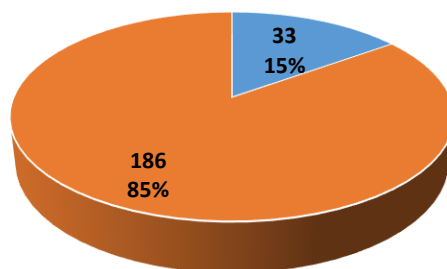
Segregação da Massa

A segregação de massas é a divisão dos segurados vinculados ao RPPS em dois grupos distintos, que integrarão dois planos, denominados Plano Financeiro e Plano Previdenciário. Essa separação é uma alternativa ao plano de amortização por meio de alíquotas suplementares ou aportes periódicos financeiros nas situações de elevado déficit atuarial dos RPPS.

No entanto, para a implementação da segregação de massa devem ser considerados os impactos para a gestão do ente federativo a curto, médio e longo prazos, e estar embasada em estudo técnico de impacto administrativo, financeiro, patrimonial e atuarial.

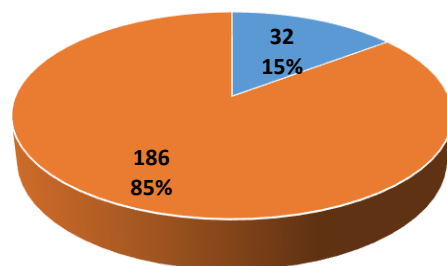
De acordo com as informações entregues ao sistema de questionários IEG-Prev, em 2020, 33 RPPS (15% dos 219) informaram que possuem segregação das massas e em 2021, 32 RPPS (15% dos 218), mantendo o percentual de RPPS que optaram pela segregação de massa.

Segregação da Massa em 2020



- Quantidade de RPPS com Segregação da Massa
- Quantidade de RPPS sem Segregação da Massa

Segregação da Massa em 2021



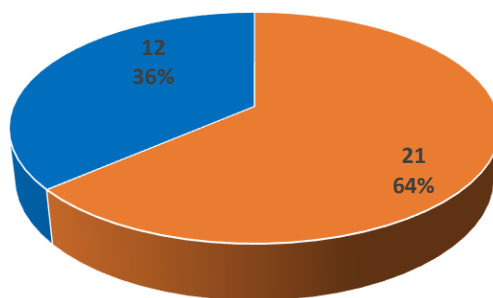
- Quantidade de RPPS com Segregação da Massa
- Quantidade de RPPS sem Segregação da Massa

Plano Financeiro

Dos 33 RPPS que informaram possuir segregação de massa em 31.12.2020, 21 (64%) apresentaram, no exercício de 2020, déficit financeiro no Plano Financeiro. O montante recebido pelos RPPS para cobertura do déficit financeiro no exercício de 2020 foi de R\$ 1.141.237.477,58.

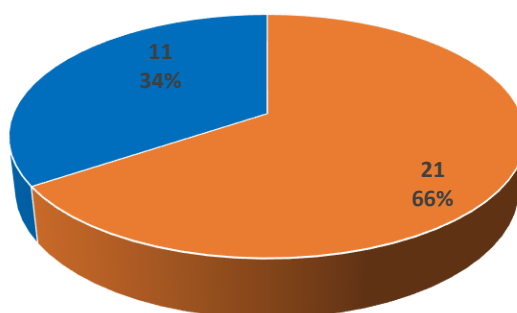
Em 2021, dos 32 RPPS que informaram possuir segregação de massa, 21 (66%) apresentaram também, déficit financeiro no Plano Financeiro, e o montante recebido pelos RPPS para cobertura desse déficit financeiro no exercício de 2021 foi de R\$ 1.458.514.642,97.

Plano Financeiro - 2020



- RPPS informaram que houve déficit financeiro no exercício de 2020
- RPPS informaram que não houve déficit financeiro no exercício de 2020

Plano Financeiro - 2021



- RPPS que informaram que houve déficit financeiro em 2021
- RPPS que informaram que não houve déficit financeiro em 2021

Não obstante, em 2020, 2 municípios desses 21 que possuem segregação de massa e déficit financeiro do Plano Financeiro no exercício de 2020, informaram haver também déficit atuarial no Plano Previdenciário em 31.12.2019, e 19 informaram superávit atuarial.

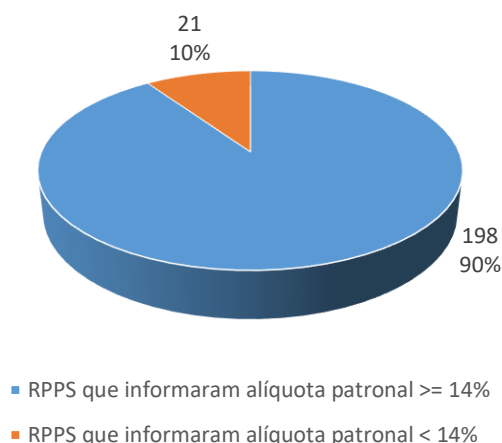
E em 2021, 4 RPPS dos 21 que apresentaram déficit financeiro do Plano Financeiro no exercício de 2021, informaram haver também déficit atuarial no Plano Previdenciário em 31.12.2020, e 17 informaram superávit atuarial.

Alíquota de Contribuição Patronal

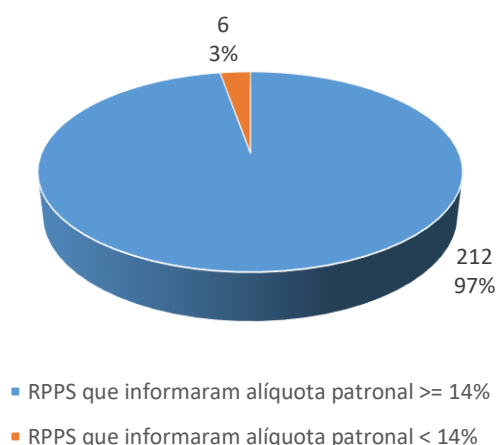
Em 31.12.2020, 198 (90%) RPPS informaram alíquota de contribuição patronal igual ou maior que 14%, em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 103, de 2019 e, 21 (10%) estavam praticando alíquota patronal inferior à 14%.

Em 2021, passou para 212 (97%) RPPS que praticavam alíquota de contribuição patronal igual ou maior que 14%.

Alíquota patronal praticada em 31.12.2020

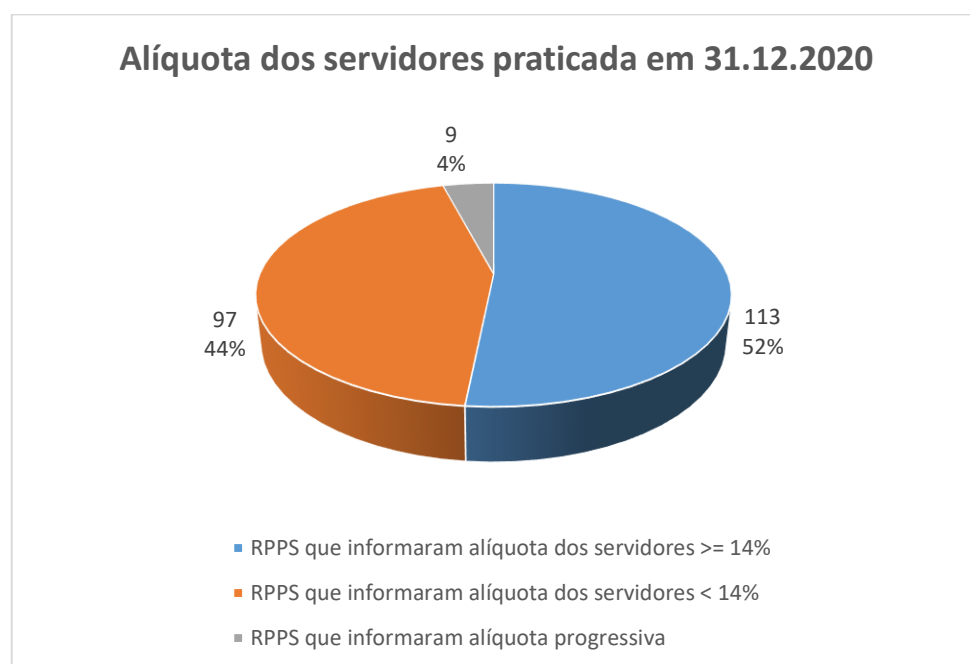


Alíquota patronal praticada em 31.12.2021



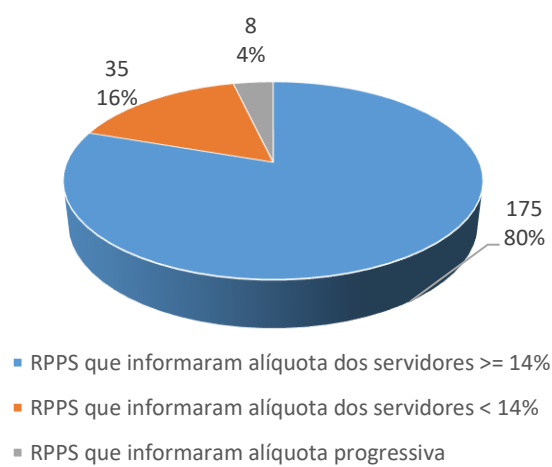
Alíquota de Contribuição dos Servidores

O gráfico abaixo demonstra que em 31.12.2020 quase metade dos RPPS do estado de São Paulo não haviam adequado ainda suas alíquotas de contribuição dos servidores para, no mínimo, 14% ou adotado a alíquota progressiva, conforme estabeleceu a Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Sendo que 97 (44%) RPPS informaram que em 31.12.2020 praticavam alíquota inferior a 14%, 9 (4%) RPPS informaram que praticavam alíquota progressiva e 113 (52%) RPPS informaram que praticavam alíquota igual ou maior que 14%.



Já em 2021, 175 (80%) RPPS declararam a alíquota de contribuição dos servidores igual a 14%, 35 (16%) RPPS informaram praticar alíquota inferior a 14%, e 8 (4%) RPPS praticavam alíquota progressiva, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Alíquota dos servidores praticada em 31.12.2021



12.

Resultados Finais

A média geral dos questionários aplicados tanto aos 219 municípios que possuem RPPS ativos para os exercícios de 2019 e 2020 quanto para os 218 RPPS ativos para 2021 foi B – Efetivo.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2021

Apresentamos os resultados dos 218 municípios paulistas que participam do IEG-Prev 2022 (Ano-base 2021) classificados por faixa de resultado.

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado A (altamente efetivo)

MUNICÍPIO	IEG-PREV
PIRACICABA	A
TOTAL DE MUNICÍPIOS NA FAIXA DE RESULTADO A NO IEG-PREV – 2022 (ANO-BASE 2021)	1

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B+ (muito efetivo)

MUNICÍPIO	IEG-PREV
AMERICANA	B+
BARUERI	B+
CAIEIRAS	B+
CATANDUVA	B+
GUARACI	B+
INDAIATUBA	B+
JUMIRIM	B+

MUNICÍPIO	IEG-PREV
LEME	B+
ORINDIÚVA	B+
PRESIDENTE PRUDENTE	B+
QUATÁ	B+
RAFARD	B+
RIBEIRÃO PRETO	B+
RIO GRANDE DA SERRA	B+
SANTOS	B+
SERTÃOZINHO	B+
SOROCABA	B+
SUZANO	B+
TABOÃO DA SERRA	B+
TAMBAÚ	B+
TOTAL DE MUNICÍPIOS NA FAIXA DE RESULTADO B+ NO IEG-PREV - 2022 (ANO- BASE 2021)	20

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B (efetivo)

MUNICÍPIO	IEG-PREV
ALTINÓPOLIS	B
ARANDU	B
ARARAS	B
BADY BASSITT	B
BAURU	B
BERTIOGA	B
BIRIGUI	B
BOM JESUS DOS PERDÕES	B
BOTUCATU	B
CAJAMAR	B
CÂNDIDO MOTA	B
CAPIVARI	B
CARAGUATATUBA	B
CONCHAL	B
CUBATÃO	B

MUNICÍPIO	IEG-PREV
DIRCE REIS	B
ENGENHEIRO COELHO	B
ESTRELA D'OESTE	B
FLOREAL	B
FRANCISCO MORATO	B
GASTÃO VIDIGAL	B
GUAÍRA	B
GUAPIAÇU	B
GUARULHOS	B
HOLAMBRA	B
ILHA SOLTEIRA	B
ILHABELA	B
ITAÍ	B
ITAPECERICA DA SERRA	B
ITAPETININGA	B
ITAPEVA	B
ITAPEVI	B
ITAPIRA	B
ITUPEVA	B
JABORANDI	B
JAGUARIÚNA	B
JOÃO RAMALHO	B
JUNDIAÍ	B
LENÇÓIS PAULISTA	B
LIMEIRA	B
LOUVEIRA	B
MAIRIPORÃ	B
MARINÓPOLIS	B
MERIDIANO	B
MESÓPOLIS	B
MIRA ESTRELA	B
MIRANDÓPOLIS	B
MOGI DAS CRUZES	B
MONÇÕES	B
NOVA CANAÃ PAULISTA	B
NOVA LUZITÂNIA	B
ORLÂNDIA	B

MUNICÍPIO	IEG-PREV
PARAGUAÇU PAULISTA	B
PARANAPANEMA	B
PARANAPUÃ	B
PARISI	B
PIRACAIA	B
PIRATININGA	B
PORTO FELIZ	B
PORTO FERREIRA	B
PRAIA GRANDE	B
SALTO DE PIRAPORA	B
SANTA FÉ DO SUL	B
SANTA RITA D'OESTE	B
SANTANA DE PARNAÍBA	B
SÃO BERNARDO DO CAMPO	B
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	B
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	B
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	B
SÃO ROQUE	B
SERRA NEGRA	B
SERRANA	B
SUMARÉ	B
SUZANÁPOLIS	B
TARUMÃ	B
TATUÍ	B
UBATUBA	B
UNIÃO PAULISTA	B
VALENTIM GENTIL	B
VALINHOS	B
VARGEM GRANDE DO SUL	B
VÁRZEA PAULISTA	B
VOTUPORANGA	B
TOTAL DE MUNICÍPIOS NA FAIXA DE RESULTADO B NO IEG-PREV – 2022 (ANO- BASE 2021)	83

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação)

MUNICÍPIO	IEG-PREV
ASSIS	C+
BILAC	C+
BIRITIBA-MIRIM	C+
BURITAMA	C+
CAMPINAS	C+
CERQUEIRA CÉSAR	C+
CORONEL MACEDO	C+
DIADEMA	C+
FERNANDÓPOLIS	C+
FERNÃO	C+
FRANCO DA ROCHA	C+
GARÇA	C+
GUAIMBÊ	C+
GUARUJÁ	C+
HORTOLÂNDIA	C+
IGARAPAVA	C+
IPIGUÁ	C+
ITANHAÉM	C+
ITAQUAQUECETUBA	C+
ITU	C+
JABOTICABAL	C+
JACAREÍ	C+
JALES	C+
LAVÍNIA	C+
MACATUBA	C+
MAGDA	C+
MARÍLIA	C+
MIGUELÓPOLIS	C+
MONTE CASTELO	C+
MORRO AGUDO	C+
NOVA CASTILHO	C+
OLÍMPIA	C+
OSASCO	C+
OURINHOS	C+

MUNICÍPIO	IEG-PREV
OUROESTE	C+
PARAIBUNA	C+
PARAÍSO	C+
PAULÍNIA	C+
PERUÍBE	C+
PITANGUEIRAS	C+
POTIRENDABA	C+
SALES OLIVEIRA	C+
SANTA ALBERTINA	C+
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	C+
SANTA SALETE	C+
SANTO ANDRÉ	C+
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	C+
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	C+
SÃO MANUEL	C+
SÃO VICENTE	C+
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	C+
SEVERÍNIA	C+
TAPIRATIBA	C+
TAQUARITUBA	C+
VIRADOURO	C+
VOTORANTIM	C+
ZACARIAS	C+
TOTAL DE MUNICÍPIOS NA FAIXA DE RESULTADO C+ NO IEG-PREV – 2022 (ANO- BASE 2021)	57

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação)

MUNICÍPIO	IEG-PREV
ÁGUAS DA PRATA	C
ÁLVARO DE CARVALHO	C
APARECIDA D'OESTE	C
ARAÇARIGUAMA	C
ARTUR NOGUEIRA	C

MUNICÍPIO	IEG-PREV
ASPÁSIA	C
AVARÉ	C
BARRETOS	C
BEBEDOURO	C
BRODOWSKI	C
BURI	C
CAIUÁ	C
CÂNDIDO RODRIGUES	C
CARDOSO	C
CERQUILHO	C
COTIA	C
CRAVINHOS	C
DIVINOLÂNDIA	C
EMBU DAS ARTES	C
GENERAL SALGADO	C
IGARAÇU DO TIETÊ	C
ITAJOBÍ	C
ITAPURA	C
ITATINGA	C
ITUVERAVA	C
JANDIRA	C
JÚLIO MESQUITA	C
MACAUBAL	C
MONTE MOR	C
NEVES PAULISTA	C
NOVA GUATAPORANGA	C
ONDA VERDE	C
PALMEIRA D'OESTE	C
PAULO DE FARIA	C
PIRAPORA DO BOM JESUS	C
PONTALINDA	C
PONTES GESTAL	C
POPULINA	C
PRESIDENTE VENCESLAU	C
REGISTRO	C
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	C
RIBEIRÃO GRANDE	C

MUNICÍPIO	IEG-PREV
RIBEIRÃO PIRES	C
RIO CLARO	C
RUBINÉIA	C
SALES	C
SANTO ANTÔNIO DE POSSE	C
SÃO FRANCISCO	C
SÃO JOÃO DE IRACEMA	C
SÃO SEBASTIÃO	C
TAIAÇU	C
TAQUARITINGA	C
TAUBATÉ	C
TERRA ROXA	C
TURMALINA	C
UCHOA	C
URÂNIA	C
TOTAL DE MUNICÍPIOS NA FAIXA DE RESULTADO C NO IEG-PREV – 2022 (ANO- BASE 2021)	57

13.

Histórico de resultados do IEG-Prev

Abaixo a evolução por faixa de resultado do IEG-Prev obtida pelos municípios que possuem RPPS ativo entre 2019 a 2021.

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
ÁGUAS DA PRATA	C	C+	C
ALTINÓPOLIS	B+	B	B
ÁLVARO DE CARVALHO	C	C	C
AMERICANA	C+	B	B+
APARECIDA D'OESTE	C	B	C
ARAÇARIGUAMA	C	C+	C
ARANDU	C+	B	B
ARARAS	C+	C+	B
ARTUR NOGUEIRA	C	C	C
ASPÁSIA	C	C	C
ASSIS	C	C	C+
AVARÉ	C	C	C
BADY BASSITT	B	C+	B
BARRETOS	C	C	C
BARUERI	B+	B+	B+
BAURU	B+	B	B
BEBEDOURO	B	C	C
BERTIOGA	B	B	B
BILAC	C	B	C+
BIRIGUI	C	C	B
BIRITIBA-MIRIM	C	C	C+
BOM JESUS DOS PERDÕES	C	B	B
BOTUCATU	B+	B	B
BRODOWSKI	C	C+	C
BURI	C+	B	C

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
BURITAMA	C+	C+	C+
CAIEIRAS	B	B+	B+
CAIUÁ	C	C+	C
CAJAMAR	C+	B	B
CAMPINAS	B	B+	C+
CÂNDIDO MOTA	B	B	B
CÂNDIDO RODRIGUES	C	C	C
CAPIVARI	C	B	B
CARAGUATATUBA	C	B	B
CARDOSO	B	B+	C
CATANDUVA	B+	B+	B+
CERQUEIRA CÉSAR	C	C	C+
CERQUILHO	C+	C	C
CONCHAL	C	B	B
CORONEL MACEDO	B	C+	C+
COTIA	B	B	C
CRAVINHOS	B	B	C
CUBATÃO	C+	B	B
DIADEMA	C	C	C+
DIRCE REIS	C+	B	B
DIVINOLÂNDIA	C	C	C
EMBU DAS ARTES	C	C	C
ENGENHEIRO COELHO	C	C	B
ESTRELA D'OESTE	B	B	B
FERNANDÓPOLIS	C	C	C+
FERNÃO	B	B	C+
FLOREAL	C	B+	B
FRANCISCO MORATO	B	B	B
FRANCO DA ROCHA	B+	B+	C+
GARÇA	B+	B+	C+
GASTÃO VIDIGAL	C	C+	B
GENERAL SALGADO	C	C	C
GUAIMBÊ	B	B+	C+
GUAÍRA	B	B	B
GUAPIAÇU	A	B+	B
GUARACI	B+	A	B+
GUARUJÁ	B+	B	C+
GUARULHOS	B	B+	B
HOLAMBRA	B	B	B
HORTOLÂNDIA	B	B	C+
IGARAÇU DO TIETÊ	C+	B	C
IGARAPAVA	C+	C	C+
ILHABELA	B+	B+	B

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
ILHA SOLTEIRA	B+	B	B
INDAIATUBA	A	A	B+
IPIGUÁ	B	C	C+
ITAÍ	B	B	B
ITAJOBÍ	C	B	C
ITANHAÉM	C	B	C+
ITAPECERICA DA SERRA	B+	B+	B
ITAPETININGA	B	B	B
ITAPEVA	B	B	B
ITAPEVÍ	B	B	B
ITAPIRÁ	B	C+	B
ITAPURÁ	C	C	C
ITAQUAQUECETUBA	C	C+	C+
ITATINGA	B	B	C
ITU	B+	B	C+
ITUPEVA	C	C	B
ITUVERAVA	C+	B	C
JABORANDI	B+	B	B
JABOTICABAL	B	C	C+
JACAREÍ	C+	B	C+
JAGUARIÚNA	B+	C+	B
JALES	C+	C	C+
JANDIRA	C	C+	C
JOÃO RAMALHO	B	B	B
JÚLIO MESQUITA	C	C	C
JUMIRIM	A	B	B+
JUNDIAÍ	B+	B	B
LAVÍNIA	C	B	C+
LEME	C+	B+	B+
LENÇÓIS PAULISTA	B+	B+	B
LIMEIRA	C+	C+	B
LOUVEIRA	A	B+	B
MACATUBA	B	B	C+
MACAUBAL	B+	C	C
MAGDA	C	C	C+
MAIRIPORÃ	B	B	B
MARÍLIA	C	C	C+
MARINÓPOLIS	C+	C+	B
MERIDIANO	C	B	B
MESÓPOLIS	B	C	B
MIGUELÓPOLIS	C+	C+	C+
MIRA ESTRELA	B	B	B
MIRANDÓPOLIS	B	B	B

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
MOGI DAS CRUZES	B+	B+	B
MONÇÕES	C+	C+	B
MONTE CASTELO	C	C	C+
MONTE MOR	C	C+	C
MORRO AGUDO	C	C	C+
NEVES PAULISTA	C+	B	C
NOVA CANAÃ PAULISTA	B+	B+	B
NOVA CASTILHO	C+	B	C+
NOVA GUATAPORANGA	C	C	C
NOVA LUZITÂNIA	B+	B+	B
OLÍMPIA	A	B	C+
ONDA VERDE	C	C	C
ORINDIÚVA	B	B	B+
ORLÂNDIA	C+	B+	B
OSASCO	B+	B+	C+
OURINHOS	B+	B	C+
OUROESTE	C+	B	C+
PALMEIRA D'OESTE	C	B	C
PARAGUAÇU PAULISTA	B+	B+	B
PARAIBUNA	C	C	C+
PARAÍSO	B	C+	C+
PARANAPANEMA	C	B	B
PARANAPUÃ	B	C+	B
PARISI	B	C+	B
PAULÍNIA	B	C	C+
PAULO DE FARIA	C	C	C
PERUÍBE	B	B	C+
PIRACAIA	C	B	B
PIRACICABA	B+	A	A
PIRAPORA DO BOM JESUS	B	C	C
PIRATININGA	B+	B	B
PITANGUEIRAS	B	C+	C+
PONTALINDA	C	C	C
PONTES GESTAL	C	C	C
POPULINA	C+	C	C
PORTO FELIZ	C+	B+	B
PORTO FERREIRA	B+	B	B
POTIRENDABA	B	C	C+
PRAIA GRANDE	A	B+	B
PRESIDENTE PRUDENTE	A	B+	B+
PRESIDENTE VENCESLAU	B	C	C

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
QUATÁ	B	B	B+
RAFARD	B+	B+	B+
REGISTRO	B+	B+	C
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	C	B	C
RIBEIRÃO GRANDE	C	B	C
RIBEIRÃO PIRES	C+	C+	C
RIBEIRÃO PRETO	C	B+	B+
RIO CLARO	C	C	C
RIO GRANDE DA SERRA	B	B+	B+
RUBINÉIA	C	C	C
SALES	C	C	C
SALES OLIVEIRA	C	C	C+
SALTO DE PIRAPORA	B	B	B
SANTA ALBERTINA	B	B	C+
SANTA FÉ DO SUL	C+	C+	B
SANTANA DE PARNAÍBA	B	C+	B
SANTA RITA D'OESTE	B	B	B
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	B	C+	C+
SANTA SALETE	B	B	C+
SANTO ANDRÉ	B+	B	C+
SANTO ANTÔNIO DE POSSE	B	C	C
SANTOS	C+	B+	B+
SÃO BERNARDO DO CAMPO	B+	B+	B
SÃO FRANCISCO	C	C	C
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	B+	B+	B
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	B	B	B
SÃO JOÃO DE IRACEMA	C	C	C
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	C+	C+	B
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	A	B+	C+
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	B	B+	C+
SÃO MANUEL	B	C	C+
SÃO ROQUE	B+	B	B
SÃO SEBASTIÃO	C	C	C
SÃO VICENTE	C	C+	C+
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	B+	B	C+
SERRANA	C	C	B
SERRA NEGRA	B+	B	B
SERTÃOZINHO	B+	B+	B+
SEVERÍNIA	C	C	C+
SOROCABA	B+	A	B+
SUMARÉ	C	B	B

MUNICÍPIO	2019	2020	2021
SUZANÁPOLIS	B+	B	B
SUZANO	B	B	B+
TABOÃO DA SERRA	C+	B	B+
TAIAÇU	C+	C+	C
TAMBAÚ	C+	B+	B+
TAPIRATIBA	C	C	C+
TAQUARITINGA	C	C	C
TAQUARITUBA	C+	C+	C+
TARUMÃ	B	B	B
TATUI	B	B	B
TAUBATÉ	C	C+	C
TERRA ROXA	C	C	C
TURIÚBA	C	C	EM EXTINÇÃO
TURMALINA	C	C	C
UBATUBA	C+	B	B
UCHOA	C	C+	C
UNIÃO PAULISTA	B	C+	B
URÂNIA	C	C+	C
VALENTIM GENTIL	B	C+	B
VALINHOS	C+	C+	B
VARGEM GRANDE DO SUL	B	C+	B
VÁRZEA PAULISTA	B+	B+	B
VIRADOURO	B	B+	C+
VOTORANTIM	B+	C+	C+
VOTUPORANGA	C+	B	B
ZACARIAS	B+	B+	C+



14.

Considerações finais

O Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal – IEG-Prev/Municipal - TCESP só pôde ser concretizado devido à colaboração da Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios (APEPREM); de técnicos de órgãos municipais (Prefeituras, Câmaras Municipais, Regimes Próprios de Previdência, Autarquias e Fundações) e de profissionais do Tribunal de Contas.

Esses nobres conhecimentos compartilhados por todos que participaram de alguma forma da criação deste índice, foram de grande valia para que pudéssemos relacionar os principais aspectos que impactam diretamente na situação previdenciária dos municípios.

Deste modo, o trabalho colaborativo de todos na finalização do IEG-Prev/Municipal - TCESP traz relevantes informações, para o aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias visando um controle mais eficiente e eficaz.